

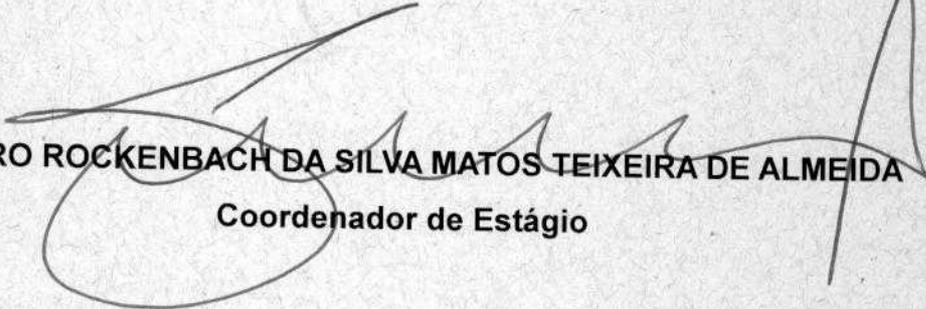


**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**EDITAL Nº 09, de 21 de setembro de 2015**

**O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**, de conformidade com a competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR-CH n.º 169 de 24/08/2015, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR/MPU n.º 378, de 09 de agosto de 2010, **RESOLVE**:

1. Divulgar os gabaritos preliminares e o inteiro teor das provas do Processo Seletivo para Estagiários de Direito, Jornalismo, Administração, Informática, Secretariado e Engenharia Civil, conforme anexos deste Edital.
2. Declarar aberto o prazo para interposição de recursos em face dos gabaritos preliminares das **provas objetivas**, nos termos dos editais de abertura dos certames.

  
**RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA**  
Coordenador de Estágio



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
em Sergipe

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2015  
INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, uma PROVA SUBJETIVA, com 02 (duas) questões dissertativas e os respectivos espaços para RASCUNHO, ao fim do presente caderno
2. A FOLHA DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA será entregue pelo fiscal de sala.
3. Na prova subjetiva utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas por questão.
4. Não é permitida qualquer espécie de consulta.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
6. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e das FOLHA DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA, os quais serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar na anulação das provas do(a) candidato(a).
8. Exemplos de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito

**MPF** Procuradoria  
da República  
Ministério Público Federal em Sergipe

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3						
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROVA	1	2	3	4						

Exemplo para o preenchimento da inscrição nº 0000123

Não é necessário o preenchimento deste campo PROVA

**CORRETO**

01		B	C	D	E	31	A	B	C	D	
02	A		C	D	E	32	A	B	C		E
03	A	B		D	E	33	A	B		D	E
04	A	B	C		E	34	A		C	D	E

**ERRADO**

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	2	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	●	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

## PROVA OBJETIVA

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1 - Dentre os direitos constitucionais enumerados abaixo, assinale aquele que não se inclui no rol dos direitos sociais previstos na constitucionais:

- a) Direito à educação;
- b) Direito à saúde;
- c) Direito ao trabalho;
- d) Direito ao devido processo legal;
- e) Direito à moradia.

2 - Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que não constitui bem da União

- a) todos os sítios arqueológicos;
- b) todos os terrenos de marinha;
- c) rios que banham mais de um Estado;
- d) recursos minerais em geral;
- e) terras devolutas em geral.

3 - Marque a alternativa que representa a única que não compete aos juízes federais processar e julgar:

- a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- b) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- c) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União;
- d) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;
- e) a disputa sobre direitos indígenas.

4 - Acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa incorreta

- a) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos, os Senadores, Deputados Federais e Vereadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito;
- b) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos;
- c) São formas mediante as quais se exerce a soberania popular, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular;

d) O voto é facultativo para os analfabetos, para os maiores de 70 anos e para aqueles que são maiores de dezesseis anos e menores de dezoito;

e) Os analfabetos são inelegíveis.

5 - Leia atentamente as 4 frases abaixo e depois assinale aquela alternativa que se mostrar correta:

I - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

II - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados;

III - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

IV A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

- a) Apenas 2 frases estão corretas;
- b) As 4 frases são corretas;
- c) Apenas 3 frases estão corretas;
- d) Apenas 1 frase está correta;
- e) As 4 frases são incorretas.

6 - A constituição federal de 1988, erigiu a ordem econômica e financeira sobre fundamentos e princípios entre os quais não se inclui:

- a) a livre iniciativa;
- b) a livre concorrência;
- c) a propriedade coletiva;
- d) a defesa do consumidor;
- e) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

7 - Assinale aquela alternativa que corresponde às previsões constitucionais expressas sobre a família, a criança e o adolescente

- a) O casamento religioso não tem efeito civil porque o estado é laico;
- b) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros;
- c) O casamento civil pode ser dissolvido pela separação consensual;
- d) A união estável entre pessoas do mesmo sexo não pode ter sua conversão facilitada em casamento;
- e) Entidade familiar é a comunidade formada apenas por qualquer dos pais e seus descendentes.

## DIREITO CIVIL

8 - Sobre a doutrina do Direito Civil Constitucional, pode-se afirmar corretamente, EXCETO:

- a) tem uma visão separatista do direito público e privado, com prevalência deste último sobre o primeiro na aplicação das normas;
- b) propugna a interpretação do Código Civil de acordo com a Constituição;
- c) advoga a aplicação e eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares;
- d) a proteção da dignidade da pessoa humana constitui fundamento para personalização do Direito Civil;
- e) tem entre seus princípios básicos a solidariedade social e a igualdade substancial.

9 - Acerca dos incapazes no Código Civil de 2012 e na legislação complementar atualmente em vigor, assinale a opção CORRETA:

- a) são relativamente incapazes os pródigos, os menores de dezesseis anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, como os portadores de necessidades físicas especiais;
- b) são absolutamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- c) são relativamente incapazes os loucos de todos os gêneros e todos os índios;
- d) são a absolutamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil;
- e) os remanescentes de quilombos são considerados absolutamente incapazes, devendo o Ministério Público Federal intervir em todos os atos da vida civil, inclusive na aquisição de bens e serviços no mercado de consumo.

10 - A teoria do patrimônio mínimo, com respeito aos bens, defende o seguinte, EXCETO:

- a. a tese do patrimônio mínimo pode ser retirada, entre outros, do art. 548 do Código Civil, pelo qual é nula a doação de todos os bens, sem reserva do mínimo para a sobrevivência digna do doador;
- b. deve-se assegurar à pessoa um mínimo de direitos patrimoniais, para que viva com dignidade;
- c. os direitos patrimoniais estão em um plano superior aos direitos da personalidade humana, refutando assim a repersonalização do Direito Civil;
- d. aplica-se ao bem de família, que se dirige a assegurar à proteção do direito à moradia, seguindo a tendência de valorização da pessoa humana e sua personalidade;
- e. o imóvel em que reside pessoa solteira, separada ou viúva é impenhorável, tal como o imóvel em que vive uma família, assegurando-se o direito à casa própria.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11 - Sobre os institutos fundamentais do direito processual civil, assinale a INCORRETA:

- a) jurisdição é poder que o juiz exerce para pacificação de pessoas ou grupos e eliminação de conflitos, aplicando a ordem jurídica;
- b) ação é o poder de dar início ao processo e participar dele com vista à obtenção do que pretende aquele que lhe deu início;
- c) defesa é o poder de resistir, caracterizando-se como o exato contraposto da ação;
- d) processo é o vínculo jurídico que interliga juiz e partes, e o método pelo qual eles exercem suas atividades;
- e) coisa julgada é a mutabilidade dos efeitos da sentença de mérito, para dentro e fora do processo.

12 - Sobre a doutrina da instrumentalidade do processo, é INCORRETO dizer:

- a) o processo deve ser compreendido tendo em vista a situação jurídica material para a qual serve de instrumento de tutela;
- b) a separação que se faz entre o direito e o processo não pode implicar um processo neutro em relação ao direito material;
- c) advoga a diferença hierárquica entre o processo e o direito material, com prevalência deste último, afastando a unidade do ordenamento jurídico;
- d) a relação que se estabelece entre o direito material e o processo é circular, ou seja, o processo serve ao direito material mas, para isso, é necessário que o direito processual seja servido pelo direito material;
- e) pauta-se na premissa de que o direito material coloca-se como o valor que deve presidir a criação, a interpretação e a aplicação das regras processuais.

13 - No que respeita ao mandado de segurança, ao habeas data e à ação popular, assinale a resposta CORRETA:

- a) o mandado de segurança é ação que visa a proteger direito líquido e certo, amparado por habeas corpus e habeas data;
- b) cabe habeas data para assegurar o direito de acesso a informações de interesse coletivo ou geral, constantes de banco de dados dos órgãos públicos;
- c) o Ministério Público tem legitimidade para propor ação popular, mas não para a execução da sentença condenatória nessa ação;
- d) os meros executores do ato impugnado, que cumprem ordem da autoridade coatora, não são considerados legitimados passivos no mandado de segurança;
- e) cabe mandado de segurança contra ato de gestão comercial de empresa pública.

14 - Sobre o processo como instrumento para a tutela dos direitos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, o juiz deve convertê-la em obrigação pecuniária de reparar perdas e danos, salvo exceções previstas em lei;
- b) nas causas que tenham por objeto a entrega da coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para cumprimento da obrigação;
- c) condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada e julgada, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida;
- d) o abuso do direito de defesa e o manifesto propósito protelatório podem justificar a antecipação da tutela pretendida na inicial;
- e) somente em casos excepcionais, expressamente previstos por lei, o juiz pode conceder tutela cautelar de ofício.

15 - Em tema de recursos no processo civil, julgue os itens abaixo, assinalando o CORRETO:

- a) o agravo de instrumento é o recurso destinado a impugnar decisões interlocutórias, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar lesão grave à parte;
- b) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficia como fiscal da lei;
- c) os embargos de declaração não interrompem o prazo para interposição de outros recursos por qualquer das partes;
- d) dos despachos cabe recurso na forma de agravo retido;
- e) o princípio da fungibilidade veda que o tribunal conheça de recurso incabível quando exista dúvida objetiva a respeito do recurso adequado, inexistindo erro grosseiro na sua interposição e tenha sido observado o prazo do recurso cabível.

16 - Assinale a alternativa CORRETA entre as a seguir postas, sobre usucapião, desapropriação e os juizados especiais:

- a) na ação de usucapião de terras particulares, é obrigatória a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, dispensada a dos confinantes e eventuais interessados;
- b) usucapião não pode ser arguido como matéria de defesa pelo possuidor do bem;
- c) nos procedimentos do juizado especial federal cível, é cabível o sequestro de numerário para cumprimento de obrigação de pagar quantia certa, reconhecida em sentença definitiva, se desatendida a requisição judicial no prazo de sessenta dias;
- d) no processo de desapropriação judicial, é inadmissível a imissão provisória na posse pelo poder

expropriante, mesmo quando haja depósito do justo preço e nos casos urgentes;

e) na ação de desapropriação, a contestação pode versar sobre vício do processo judicial, impugnação do preço e qualquer outra questão sobre o mérito do ato administrativo, inclusive questionar se o caso é de utilidade pública.

17 - Julgue os itens a seguir, assinalando o INCORRETO:

- a) Os pressupostos processuais são requisitos para a instauração e o desenvolvimento válido e eficaz do processo;
- b) são pressupostos processuais objetivos a forma procedimental adequada, inexistência de litispendência e de coisa julgada e a petição apta;
- c) são pressupostos processuais subjetivos a competência do juízo, a capacidade das partes e a representação por advogado;
- d) os pressupostos processuais, diferentemente do que ocorre com as condições da ação, não podem ser aferidos de ofício pelo juiz, tendo em vista o princípio dispositivo;
- e) a ausência de pressupostos processuais pode ser alegada pelo réu, antes de discutir o mérito, nas chamadas defesas indiretas.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

18 - Em relação aos atos administrativos, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção CORRETA.

I) Tanto os atos administrativos constitutivos quanto os negociais e os enunciativos dispõem do atributo da imperatividade.

II) A competência, como elemento do ato administrativo, pode ser delegada a outros órgãos ou agentes, se não houver impedimento legal, mesmo que estes não sejam hierarquicamente subordinados aos que possuam a competência originária.

III) São classificados como compostos os atos administrativos elaborados pela manifestação autônoma de agentes ou órgãos diversos que concorrem para a formação de um único ato.

- a) Somente a assertiva I está correta;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Somente a assertiva II está correta;
- e) Somente a assertiva III está correta.

19 - Sobre os poderes administrativos, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção CORRETA.

I) O poder de polícia administrativa tem como uma de suas características a autoexecutoriedade, entendida como sendo a prerrogativa de que dispõe a administração para praticar atos e colocá-los em

imediate execução sem depender de autorização judicial;

II) O poder regulamentar, segundo o Texto Constitucional, é prerrogativa concedida exclusivamente ao chefe do Poder Executivo federal, não se estendendo aos governadores e aos prefeitos;

III) No exercício do poder regulamentar, o presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando tal ato administrativo não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos; e sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando estes estiverem vagos.

- a) Somente a assertiva I está correta;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Somente a assertiva II está correta;
- e) Somente a assertiva III está correta.

20 - Sobre as formas de intervenção do Estado na propriedade, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção CORRETA.

I) A requisição, modalidade de intervenção estatal que ocorre em situação de perigo público iminente, abrange tanto bens móveis quanto bens imóveis e serviços particulares;

II) A servidão administrativa é direito de caráter não real que incide sobre bens móveis e imóveis;

III) As limitações administrativas são atos singulares que alcançam indivíduos determinados e possuem caráter de transitoriedade.

- a) Somente a assertiva I está correta;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Somente a assertiva II está correta;
- e) Somente a assertiva III está correta.

21 - Relativamente à responsabilidade civil do Estado, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção CORRETA.

I) As pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam atividades econômicas, em regra, não se submetem à responsabilidade civil objetiva, exceção feita apenas às empresas públicas, sejam elas prestadoras de serviços ou promotoras de atividades econômicas;

II) A responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos será objetiva, independentemente de a vítima ser usuário ou terceiro;

III) A Constituição Federal de 1988 não adotou a teoria do risco integral, razão pela qual, fatos estranhos à atividade administrativa, com a qual não guardam nenhum nexo de causalidade, tais como fenômenos da natureza, fato de terceiro, culpa exclusiva da vítima, afastam a responsabilidade da Administração.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas;
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão erradas.

22 - Com relação aos órgãos e entidades que integram a administração pública federal e dos princípios que informam o direito administrativo, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção CORRETA.

I) As empresas públicas, criadas por lei específica, tem por finalidade a realização de atividades típicas da administração que requeiram, para seu melhor desempenho, gestão administrativa e financeira descentralizada;

II) Apenas os órgãos situados no topo da pirâmide estatal, como os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, dispõem de personalidade jurídica própria e plena capacidade processual;

III) Além dos princípios constantes do texto constitucional, a legislação determina, de forma expressa, que a administração pública federal obedeça, entre outros, aos princípios da motivação, razoabilidade, ampla defesa e segurança jurídica.

- a) Somente a assertiva I está correta;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Somente a assertiva II está correta;
- e) Somente a assertiva III está correta.

#### DIREITOS DIFUSOS

23 - Leia o caso hipotético a seguir descrito e os enunciados subsequentes, e depois assinale a alternativa CORRETA.

O Ministério Público Federal, após colher elementos probatórios em inquérito civil público, ajuizou ação civil pública contra a CONSTRUTORA ALEGRIA por ter essa empresa permitido o depósito de resíduos de materiais oriundos das obras de um conjunto residencial por ela construído na faixa de proteção do manguezal existente nas adjacências, deixando, posteriormente, de promover a recuperação de tal área degradada.

I) Além da responsabilização civil, a pessoa jurídica demandada poderá ela ser processada criminalmente em razão da prática do crime de poluição;

II) A condenação da empresa na esfera cível depende da comprovação de que ela atuou, ao menos, de forma culposa, não se cogitando no direito ambiental brasileiro do instituto da responsabilidade civil objetiva;

III) Incide na situação relatada o princípio da prevenção, que tem como um de seus desdobramentos a inversão do ônus da prova em proveito do meio ambiente.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas;
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão erradas.

24 - Leia o caso hipotético a seguir descrito e os enunciados subsequentes, e depois assinale a alternativa CORRETA.

O Ministério Público Federal em Sergipe, após colher elementos probatórios em inquérito civil público, ajuizou ação civil pública contra a empresa de telefonia OK, por veicular, em todo território nacional, propaganda enganosa, já que, apesar de propagandear determinado produto como “Fale Ilimitado”, seu regulamento elenca uma série de restrições a sua utilização quantitativa.

I) De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, os efeitos de eventual sentença de procedência proferida por Juiz Federal de Sergipe estarão circunscritos aos limites geográficos desse Estado;

II) Segundo o Código de Defesa do Consumidor, mesmo em caso de condenação da empresa OK, não poderá essa ser compelida a realizar a chamada “contrapropaganda”, vez que tal instrumento só encontra previsão para os casos de propaganda abusiva;

III) Para a configuração do ilícito de propaganda enganosa é imprescindível a existência de engano efetivo do consumidor, não sendo suficiente o potencial de enganabilidade da publicidade.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas;
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão erradas.

25 - Leia o caso hipotético a seguir descrito e os enunciados subsequentes, e depois assinale a alternativa CORRETA.

O cidadão FULANO DE TAL ajuizou Ação Popular contra a UNIÃO FEDERAL, com o objetivo de compelir o ente federativo a promover a recuperação da antiga sede da Receita Federal no município de Aracaju, imóvel de relevante valor histórico e integrante do patrimônio da União, cedido à Administração do Município de Aracaju.

Citada, a UNIÃO apresentou contestação, arguindo, preliminarmente, a inadequação da via eleita, sob o fundamento de que não competiria ao Poder Judiciário se imiscuir na escolha das políticas públicas ou no controle do orçamento do Poder Executivo Federal, bem como a sua ilegitimidade passiva, ante a existência de cessão do imóvel ao Município de Aracaju.

I) A preliminar de inadequação da via eleita deve ser rejeitada, pois a Ação Popular é instrumento processual cabível também para contestar a omissão da Administração que esteja produzindo prejuízo ao patrimônio público.

II) Não merece acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da UNIÃO, pois além de continuar sendo a proprietária do bem, é competência comum da União, Estados e Municípios a preservação e proteção de bens de valor histórico, artístico, cultural, paisagístico e turístico.

III) Segundo o STF, o Poder Judiciário pode determinar, no âmbito de ação popular, a recuperação do bem imóvel descrito, sem que isso implique em violação ao princípio da separação dos poderes.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

26 - Leia o caso hipotético a seguir descrito e os enunciados subsequentes, e depois assinale a alternativa CORRETA.

O Ministério Público Federal em Sergipe ajuizou ação pela prática de atos de improbidade administrativa contra SICRANO DE TAL, ex-Superintendente Regional do Trabalho em Sergipe, cuja gestão perdurou até o ano de 2011, por terem sido constatadas diversas irregularidades em procedimentos licitatórios e contratos levados a efeito naquele órgão administrativo no ano de 2009, conforme verificou auditoria do Tribunal de Contas da União.

Em sua defesa, o requerido sustentou: a) a ocorrência de prescrição, por ter sido a ação de improbidade ajuizada 05 (cinco) anos após a realização dos procedimentos licitatórios; b) a posterior aprovação de suas contas pelo TCU; e c) ausência de prejuízo efetivo ao erário.

I) A aprovação das contas do réu pelo TCU não impede a sua condenação pelo Poder Judiciário, diante da independência das instâncias administrativa e judicial.

II) Não ocorreu a prescrição no caso analisado, pois, segundo o art. 23 da Lei nº 8.429/92, o lapso prescricional de cinco anos para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa não é contado a partir da ocorrência do ato ímprobo.

III) Caso não seja comprovado, durante a instrução processual, a ocorrência de dano ao erário, deverá a ação ser julgada improcedente, vez que a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas;

- d) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão erradas.

### DIREITO PENAL

27 - Sobre a prescrição, é CORRETO afirmar que:

- a) É uma causa extintiva de punibilidade;
- b) É uma causa excludente de ilicitude;
- c) É uma causa excludente de culpabilidade;
- d) Não pode ser reconhecida em grau de recurso;
- e) É uma causa extintiva do crime.

28 - É possível a responsabilização criminal, com redução de pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), do agente que, em razão de perturbação de sua saúde mental ou de seu desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era, no momento de suas condutas, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento. A assertiva acima se refere ao:

- a) Imputável;
- b) Semi-imputável;
- c) Inimputável;
- d) Menor de 18 (dezoito) anos;
- e) Coautor.

29 - Sobre o concurso de pessoas, considere as seguintes assertivas:

- I) No Direito Brasileiro, todo aquele que concorre para o crime, incide nas penas a ele (crime) cominadas, na medida de sua culpabilidade;
- II) No Direito Brasileiro, admitem-se as modalidades coautoria e participação;
- III) O agente que quis participar de crime menos grave, responde igualmente com o autor responsável da prática de crime mais grave;
- IV) As circunstâncias de caráter pessoal não se comunicam entre os agentes, quando elementares do crime.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e IV
- d) I e II
- e) II e IV

30 - Acerca das Penas Privativas de Liberdade, assinale a resposta INCORRETA:

- a) O condenado a pena superior a 8 (oito) anos, deverá começar a cumprir sua pena em regime fechado;
- b) O condenado, não reincidente, a pena superior a 4 (quatro) anos e igual ou inferior a 8 (oito) anos deverá

cumprir sua pena, desde o início, em regime semi-aberto;

- c) O condenado, não reincidente, a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos poderá, desde o início, cumprir sua pena no regime aberto;
- d) A determinação do regime inicial de pena deve dar com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do CP;
- e) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto; enquanto que a pena de detenção deve ser cumprida em regime semi-aberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

31 - São penas restritivas de direito, EXCETO:

- a) Pena de prestação pecuniária;
- b) Pena de perda de bens e valores;
- c) Pena de multa;
- d) Pena de interdição temporária de direitos;
- e) Pena de prestação de serviços à comunidade.

32 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada em qualquer caso, de um sexto até metade.

A assertiva acima se refere a(o):

- a) Concurso formal de crimes;
- b) Concurso material de crimes;
- c) Continuidade delitiva;
- d) Resultado diverso do pretendido;
- e) Erro de execução.

33 - São causas que interrompem a prescrição, EXCETO:

- a) O recebimento da denúncia ou queixa;
- b) A reincidência;
- c) O início do cumprimento da pena;
- d) A não localização do condenado;
- e) A pronúncia.

### PROCESSO PENAL

34 - Sobre a investigação penal, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Todo inquérito policial é, em princípio, sigiloso, de forma a garantir o êxito das apurações, só podendo ser consultado pelo investigado e seu advogado mediante autorização judicial;
- b) Tanto o Ministério Público, quanto o Delegado de Polícia, como órgãos legitimados à investigação penal, podem, no regular exercício de suas atribuições legais, instaurar procedimentos investigatórios criminais de ofício;

- c) Tanto o Ministério Público, quanto o Delegado de Polícia, como órgãos legitimados à investigação penal, podem promover o arquivamento do inquérito policial;
- d) Uma vez homologado em juízo o arquivamento do inquérito policial por insuficiência de provas, resta vedado o seu desarquivamento, mesmo diante da descoberta de novas provas, em respeito ao princípio da coisa julgada e do *non reformatio in pejus*;
- e) O arquivamento do inquérito policial deve ser realizado através de promoção do Ministério Público dirigida ao Juiz competente, o qual terá a última palavra sobre este por força do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

35 - Marque a alternativa correta acerca da ação penal:

- a) Quando, no curso da instrução processual, se verifique a ausência de provas suficientes para a condenação do réu, deve o Ministério Público requerer a desistência da ação penal com base no princípio da disponibilidade e da independência funcional;
- b) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação da vítima, pode esta retratar-se da representação oferecida até a data da sentença, ensejando a absolvição do acusado;
- c) Em caso de crime contra a honra de funcionário público em razão do exercício da função, a legitimidade para a propositura da ação penal é concorrente, sendo titularizada pelo Ministério Público e pelo ofendido, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal;
- d) Para ter validade, a representação do ofendido para a propositura da ação penal deve observar o princípio da formalidade e ser oferecida através de procurador com poderes especiais;
- e) Uma vez proposta a ação penal pelo Ministério Público, não há possibilidade de aditamento para inclusão de novos réus ou de novos fatos, uma vez que tal medida ofenderia o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo necessária a propositura de nova demanda.

36 - Sobre a ação penal e o procedimento comum ordinário, assinale a alternativa verdadeira:

- a) A justa causa é condição especial da ação penal consistente na existência de substrato probatório mínimo e suficiente de autoria e materialidade delitiva, cuja ausência enseja a rejeição da denúncia;
- b) No procedimento ordinário, oferecida a denúncia, deve o juiz, como primeira providência e independentemente de recebimento da peça acusatória, ordenar a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias;
- c) Na resposta à acusação, deve o réu se limitar, neste primeiro momento, apenas a defesas processuais, deixando as alegações de mérito para a fase instrutória;
- d) No procedimento comum ordinário, a não indicação de testemunhas pelo Ministério Público quando do oferecimento da denúncia é falha meramente formal, já

que o rol pode ser apresentado até três dias antes da audiência de instrução, dando-se ciência à parte contrária;

e) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a apresentação de alegações finais orais no processo penal, eis que a oralidade dificulta ao acusado a possibilidade de contraditar pormenorizadamente os argumentos suscitados pela acusação.

37 - Assinale a alternativa correta sobre recursos e nulidades:

- a) Uma vez reconhecida pelo Juiz estadual sua incompetência absoluta para apreciar a ação penal, remetendo-a à Justiça Federal, considerar-se-ão nulos apenas os atos decisórios;
- b) O Ministério Público poderá requerer desistência de apelação por ele interposta caso venha, posteriormente, a verificar o acerto da sentença impugnada;
- c) Caso tenha o Ministério Público oferecido alegações finais com pedido de condenação do réu, deve, obrigatoriamente, em caso de absolvição, recorrer de tal decisão, sob pena de violação ao princípio da independência funcional e da unidade;
- d) Verificada a rejeição da denúncia por inépcia ou ausência de justa causa deve o membro do Ministério Público interpor recurso de apelação a fim de reverter a decisão e viabilizar o prosseguimento do feito;
- e) Caso a tipificação penal do fato atribuído ao réu na denúncia tenha sido alterada pelo Juiz na sentença, deve o Ministério Público, necessariamente, recorrer de tal decisão em respeito ao princípio acusatório, salvo se prevista penalidade mais grave ao acusado.

38 - Sobre as prisões e medidas cautelares penais, aponte a alternativa correta:

- a) Caberá prisão em flagrante para quem está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la, enquanto a prisão temporária será cabível para quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas ou objetos que o façam presumir ser o autor do crime;
- b) A prisão preventiva pode ser decretada, dentre outras hipóteses, em caso de necessidade de garantir a ordem pública, ou seja, em razão do clamor social provocado em crimes de elevada gravidade que causam consternação na população;
- c) A destruição de provas do crime e a ameaça a testemunhas no curso da ação penal pode ensejar a prisão temporária do acusado com fundamento na necessidade de garantir a conveniência da instrução criminal;
- d) A tornozeleira eletrônica não pode ser aplicada como medida cautelar penal, mas tão somente em caso de condenação transitada em julgado, em razão da intensa afetação da intimidade do réu, conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal;
- e) Uma vez descumprida pelo acusado a medida cautelar que o proibia de manter contato com a vítima,

pode o Ministério Público requerer ao juízo a sua substituição por outra adequada ao caso concreto ou mesmo pela prisão preventiva, caso preenchidos os seus requisitos legais.

39 - Assinale a alternativa verdadeira:

- a) A proposta de transação penal elaborada pelo Ministério Público pode ser alterada pelo Juiz federal quando este verificar a insuficiência da pena alternativa ofertada frente à gravidade do crime praticado;
- b) Caso o Ministério Público deixe de oferecer ao acusado proposta de suspensão condicional do processo, pode o juiz, uma vez constatada a presença dos requisitos legais para tanto, aplicar diretamente o benefício ao réu;
- c) Ainda que diante da ausência de recurso específico contra determinada decisão judicial, não poderá o Ministério Público, em qualquer hipótese, impetrar mandado de segurança no âmbito processual penal, sob pena de desvirtuar a natureza de tal remédio constitucional;
- d) Mesmo sendo o autor da ação penal, o Ministério Público tem legitimidade para impetrar habeas corpus em favor do acusado, independentemente da existência de defensor constituído pelo réu;
- e) Caso robustas e concludentes as provas produzidas no curso do inquérito policial, pode o juiz nelas exclusivamente fundamentar a sentença condenatória, independentemente de sua confirmação em Juízo, desde que oportunize o princípio do contraditório e da ampla defesa.

40 - Aponte a alternativa correta:

- a) Se o réu citado por edital não comparecer nem constituir advogado, deve-se, como regra, proceder-se à produção antecipada de provas com o objetivo de preservar a verdade real;
- b) O exame de corpo de delito, direto ou indireto, é imprescindível quando a infração penal deixa vestígios, podendo ser dispensado se o autor da infração penal foi flagrado durante a ação delituosa;
- c) Caso o réu se encontre em local ignorado, deve o Ministério Público, esgotadas as diligências realizadas com o objetivo de obter seu endereço atualizado, requerer ao Juízo sua citação por edital, após a qual o processo penal prossegue sem a presença do acusado;
- d) Ainda que o réu se oculte propositalmente para não ser citado, incabível o pedido de citação por hora certa por parte do Ministério Público, dada a incompatibilidade de tal medida com o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal;
- e) Embora considere inadmissíveis as provas ilícitas, o Código de Processo Penal atualmente consagra de forma expressa a exceção da fonte independente.

**PROVA SUBJETIVA**

**FOLHA DE RASCUNHO**

**1) Discorra objetivamente sobre o concurso de pessoas. Entre outros pontos, deverão ser abordados os seguintes: a) conceito; b) coautoria e participação; c) responsabilidade criminal de coautores e partícipes; e d) comunicação de circunstâncias de caráter pessoal. (30 pts)**

**PROVA SUBJETIVA**

**FOLHA DE RASCUNHO**

- 2) Discorra sobre a petição inicial: conceito, requisitos e sua relação com os elementos e condições da ação. Ao final, deverá o candidato concluir justificadamente se, para atrair a competência da Justiça Federal, deve sempre a União figurar em um dos pólos da ação. Deverá ainda responder se só a presença do Ministério Público Federal na ação atrai essa competência. (30 pts)**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2015**

**GABARITO PRELIMINAR – DIREITO**

**QUESTÕES**

01 - D	21 - C
02 - E	22 - E
03 - C	23 - D
04 - A	24 - E
05 - B	25 - A
06 - C	26 - B
07 - B	27 - A
08 - A	28 - B
09 - D	29 - D
10 - C	30 - B
11 - E	31 - C
12 - C	32 - A
13 - D	33 - D
14 - A	34 - B
15 - B	35 - C
16 - C	36 - A
17 - D	37 - A
18 - D	38 - E
19 - C	39 - D
20 - A	40 - E